INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 02/08 A 06/08



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

A semana de retorno das atividades do Congresso Nacional volta com a previsão de importantes votações tanto na Câmara quanto no Senado. Na Câmara o presidente Arthur Lira havia previsto, na última semana, que a reforma do Imposto de Renda (PL 2337/2021) já seria pautada nesta primeira semana de agosto, mas as movimentações recentes de bastidores apontam que detalhes ainda precisam ser acertados no texto da segunda versão do relatório apresentado nesta segunda, o que pode adiar a votação para as próximas semanas.

Na pauta da Câmara o destaque fica para o requerimento de urgência para o PL 2337/2021 (IR), o PL 2058/2021 sobre a alteração da Lei do trabalho remoto para gestante e a MP 1045/2021 que trata da redução de jornada e salário e da suspensão do contrato de trabalho.

No Senado Federal o destaque fica para a votação da MPV 1040/2021, de melhoria do ambiente de negócios, que está agendada para quarta-feira. A MP tem validade até a próxima segunda (9), e o texto da Câmara pode ser alvo de modificações pelos senadores. Além disso, estão pauta de quinta-feira os projetos do Passaporte Tributário (PL 4728/2020 e PLP 46/2021). A ideia do governo é criar um mecanismo de refinanciamento de débitos tributários como passaporte para o novo regime pós reforma tributária.

Também no Senado Federal, destacamos a retomada do trabalho das comissões permanentes. Após a aprovação de ato da mesa diretora que regulou o funcionamento desses colegiados através do Sistema de Deliberação Remota, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Meio Ambiente (CMA) já agendaram reuniões deliberativas para esta semana, com a votação de requerimentos e projetos. Além disso, a CPI da Pandemia dá prosseguimento aos seus trabalhos, e já tem oitiva agendada para esta terça-feira, além da previsão de votação de 135 requerimentos.



A retomada dos trabalhos do Congresso também deverá dar o tom da atuação de Ciro Nogueira como Ministro-Chefe da Casa Civil, cargo que assumiu na última semana. Nogueira tem a missão de fortalecer a interlocução do governo com o Congresso, especialmente com o Senado Federal.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA- FEIRA (03)

PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento S/Nº/21, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei n° 2.337, de 2021, do Poder Executivo, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Posicionamento: Favorável

Medida Provisória n. 1.045/2021, do Poder Executivo, que institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho.
Prazo para analise pelo Congresso Nacional, prorrogado: até 07/09/2021
Relator: Dep. Christino aureo (PP-RJ)
Pendente de parecer da Comissão Mista.
Posicionamento: Favorável

PL 1.026/2021 do dep. Vinicius carvalho (Republicanos/SP), que determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao

índice oficial de inflação do País – IPCA.
Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado Requerimento de Urgência Nº 571/21, em 07/04/21.
Relator: Dep. Luizão Goulart (REPUBLIC/PR).
Posicionamento: Favorável.

PL 591/20210, do Poder Executivo, que dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Pendente de parecer da Comissão Especial. Privatização dos Correios.
Aprovado o Requerimento de Urgência em 20/04/21.
Relator: DEP. GIL CUTRIM (PDT-MA)
Posicionamento: acompanhamento.

PL 21/2020, do Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE), que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências.
Pendente de parecer das Comissões de: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado o RQU N° 1.150/21, em 06/07/21.
Relatora: DEP. LUISA CANZIANI (PTB-PR)
Posicionamento: pendente parecer.

PL 2.058/2021, do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO), que altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.
Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos da Mulher; Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.
Aprovado o RQU Nº 1.479/21, em 15/07/21.
Posicionamento: Favorável.



QUARTA-FEIRA (04)

09h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

PL 647/2021 - do Sr. Altineu Côrtes - que "estabelece prazo máximo para a restituição do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, enquanto reconhecida a ocorrência de estado de calamidade pública".
Relator: Deputado Vinicius Gurgel (PL/AP)
Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 566/2020, e do PDL nº 81/2021; e, no mérito, pela aprovação do PDL nº 566/202, e do PDL nº 81/2021, apensado, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável

PL 1232/2021 - do Sr. Lucas Redecker - que "prorroga por 1 (um) ano os prazos de isenção e de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2021". Explicação: Altera a Lei nº 14.060 de 2020.
Relator: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
Parecer: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável

13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 57/2021 - da Sra. Joice Hasselmann - que "dispõe sobre a criação das Centrais de Negócios, altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências" Explicação: Altera as Leis

Complementares nº 87 de 1996 e 116 de 2003
Relator: Deputado GENINHO ZULIANI.
Parecer: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto

PDL 4/2020 - do Sr. André Figueiredo - que "susta os efeitos da Resolução nº 101, de 19 de novembro de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, que "Estabelece procedimentos simplificados para desestatização de empresas de pequeno e médio porte"".
Relator: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
Parecer: pela rejeição
Posicionamento: Contrário ao projeto, Favorável ao parecer

PL 645/2019 - do Sr. Vander Loubet - que "concede benefícios tributários a empresas que contratem trabalhadoras que sejam mães de crianças de até 14 anos de idade".
Relator: Deputado CAPITÃO FÁBIO ABREU.
Parecer: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.
Posicionamento: Favorável ao projeto, Favorável ao parecer

PL 645/2019 - da Sra. Alice Portugal - que "regulamenta as profissões de Promotor de Vendas e de Demonstrador de Mercadorias".
Relator: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
Parecer: pela rejeição.
Posicionamento: Contra o projeto e a favor do parecer

PL 401/2020 - do Sr. Gilson Marques - que "altera a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, para dispor sobre os recintos alfandegados".
Relator: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
Parecer: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL 3728/2020 - do Sr. Juninho do Pneu - que "dispõe sobre os canais de atendimento das academia, prestadores de serviços esportivos e outros".
Relator: Deputado GENINHO ZULIANI.
Parecer: pela aprovação.
Posicionamento: Acompanhar

PL 5338/2020 - da Sra. Edna Henrique - que "estabelece requisitos mínimos de segurança em áreas de lazer oferecidas ao público infantil por estabelecimentos comerciais".
Relator: Deputado JESUS SÉRGIO.
Parecer: pela rejeição
Posicionamento: Contra o projeto, Favorável ao Parecer

PL 695/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para efeitos da apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com brindes".
Relator: Deputado HERCÍLIO COELHO DINIZ.
Parecer: pela aprovação
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

QUINTA-FEIRA (05)

09h – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 9255/2017 - Acrescenta novo § 4º ao art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para permitir a alteração, por parte do consumidor, da data de vencimento de contrato de crédito por ele celebrado.
Autora: Erika Kokay (PT-DF)
Relator: Júlio Delgado (PSB-MG)
Posicionamento: favorável



PL 21/2019 - Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações
Autores: Weliton Prado , Aliel Machado (PSB-PR)
Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLIC-SP)
Posicionamento: favorável

PL 786/2019 - Acrescenta o artigo 43-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para tratar do armazenamento, pelo fornecedor, de dados referentes aos instrumentos de pagamento utilizados pelo consumidor.
Autora: Flordelis (PSD-RJ)
Relator: Jorge Braz (REPUBLIC-RJ)
Posicionamento: favorável ao parecer do relator.

PL 2524/2019 - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.
Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)
Relator: Celso Russomanno (REPUBLIC-SP)
Posicionamento: acompanhamento.

PL 3500/2019 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.
Autor: Altineu Côrtes (PL-RJ)
Relatora: Celina Leão (PP-DF)
Posicionamento: contrário

PL 897/2021 - Implanta o Código Verificador de Segurança - CVS, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e dá outras

providências.
Autor: Christino Aureo (PP-RJ)
Relator: Celso Russomanno (REPUBLIC-SP)
Posicionamento: Contrário

PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (03)

11h - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

REQ 6/2021 - Do senador Paulo Paim (PT/RS), que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os "Riscos de privatização do SERPRO e DATAPREV", diante do impacto da venda das bases de dados previdenciários.
Posicionamento: acompanhamento

PL 3966/2019 - que Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.
Relator**:** Senadora Leila Barros
Relatório**:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta.
Posicionamento**:** Contrário ao projeto e ao parecer

QUARTA-FEIRA (04)

16h – PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

MPV 1040/2021 - Do Poder Executivo, dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o

Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. O relator é o Sen. Irajá (PSD/TO).
Relator: Senador Irajá.
Parecer: Pendente de parecer no Senado Federal
Posicionamento: Favorável

PLP 32/2021- Disciplina a incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidor final não contribuinte.
Relator: Senador Jaques Wagner. Pendente de parecer.
Posicionamento: Contrário

PLP 33/2021 - Exclui do Simples Nacional o ICMS incidente sobre operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte.
Relator: Senador Jaques Wagner. Pendente de parecer.
Posicionamento: Contrário

QUINTA-FEIRA (05)

PL 4728/2020 - Do sen. Rodrigo Pacheco, reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e ajusta os seus prazos e modalidades de pagamento. O relator é o Sen. Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).
Posicionamento: favorável

PLP 46/2021 - Do Sen. Jorginho Mello, institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE). O relator é o Sen.

Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).
Posicionamento: favorável

PLP 108/2021 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a cento e trinta mil reais, bem como para possibilitar que o MEI possa contratar até dois empregados.
Posicionamento: favorável

AUTORIDADE NACIOANL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

Sanções administrativas da LGPD

Entrada em vigor das sanções administrativas em 01 de agosto de 2021, quanto aos arts. 52, 53 e 54 da Lei 13.709/2018.

Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD)

Há possiblidade da nomeação pelo Presidente da República dos Conselheiros até o final desta semana.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 02/08 A 06/08





AGENDA LEGISLATIVA

DISTRITO FEDERAL

03/08 | 15h - Constam na pauta os seguintes projetos:
Item 33 - Discussão única do veto total ao PLC 37/2020 (Suspensão da negativação / covid-19), que dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no âmbito do Distrito Federal.

MINAS GERAIS

PL 167/2015 (Recusa de crédito) - Obriga as instituições comerciais, financeiras, bancos, agências de crédito ou similares, a fornecerem por escrito o motivo de indeferimento de crédito ao consumidor e dá outras providências.
Situação: Recebido na comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e designado o deputado Doorgal Andrada (PATRI) como relator. Aguarda elaboração de voto do relator.

SANTA CATARINA

PL 322.5/2019 (Consumidor - cobrança de dí vida) - Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas de consumidores no Estado de Santa Catarina.
Situação: Retirado de pauta a pedido do Deputado Valdir Cobalchini (MDB). A matéria será pautada novamente em plenário para deliberação.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

